

PROCEDIMENTO:

Ajuste Direto n.º AD 14/DAF/2025

(De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 42º do Código dos Contratos Públicos)

RECRIAÇÃO HISTÓRICA “GUERRA DO MIRANDUM”

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusulas jurídicas e técnicas

abril de 2025

PARTE I
Cláusulas Contratuais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no seguimento do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Recriação histórica “Guerra do Mirandum”**, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
4. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, a autarquia reserva-se no direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, complementada pelo decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Cláusula 3.ª

Prazo da prestação do serviço

A prestação do serviço ocorrerá entre os **16,17 e 18 de maio (3 dias)**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Preço Base

1. O valor base do procedimento é de **19.890,00 €** (dezanove mil, oitocentos e noventa euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigo, se este for legalmente devido.
2. O valor base referido no ponto anterior, nos termos do n.º 3 do artigo 47º do CCP, foi fixado com base na consulta preliminar efetuada ao mercado, nos termos do artigo 35º A do CCP efetuada

pelos serviços requisitantes, com vista à recolha de estimativa orçamental para os serviços a prestar.

Cláusula 5.ª

Preço Anormalmente Baixo

Nos termos do nº 1 do artigo 71º do CCP não é definido preço anormalmente baixo.

Cláusula 6.ª

Condições gerais da prestação

A prestação de serviços subjacente ao objeto do presente concurso deve ser executada em conformidade com o Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª

Obrigações e deveres do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de executar e cumprir os requisitos solicitados na parte II do caderno de encargos, assim como:

- a) Obrigação de execução;
- b) Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
- c) Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 8.ª

Obrigações e deveres da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o Município de Miranda do Douro a obrigação de verificar o bom funcionamento da execução do serviço.
2. Disponibilização da Casa da Música Mirandesa, sita no largo do Castelo, para eventual apoio operacional e realização de algumas atividades que seja necessário.
3. Montagem de Palco na área do Mercado Raiano, (Largo do Castelo).
4. Seguro de Responsabilidade Civil e Licenças inerentes ao evento.
5. Fornecimento de Energia com fonte exclusiva para utilização no período de montagem, operação e desmontagem dos diversos equipamentos, de acordo com as especificações técnicas do adjudicatário, mediante fornecimento de energia elétrica ou de um gerador.

Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Miranda do Douro deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, a que o prestador se vincula, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Miranda do Douro, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção, pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão total da execução do serviço objeto do contrato a celebrar.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Miranda do Douro, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo fornecedor ou através de emissão de cheque.
5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
6. As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:
 - I. através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas;
 - II. através de email, sendo que neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para **fatura.eletronica@cm-mdouro.pt**, anexando o respetivo PDF da fatura (assinado digitalmente) e o ficheiro XML (ver nota seguinte).
7. O tratamento das faturas remetidas através de email, endereço supra-referido, é um processo automatizado, pelo que o email deverá ser remetido contendo em anexo um ficheiro PDF assinado e um ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT preferencialmente), sendo que se não se enquadrar nestes parâmetros o sistema de gestão não fará o devido processamento.

A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a PI – Portugal Informático (YET - Your Electronic Transactions), à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária.

8. Caso, ainda, não seja obrigatório o envio eletrónico de faturas, poderão as mesmas ser enviadas por correio postal para Município de Miranda do Douro, Largo D. João III 5210-190 Miranda do Douro, ou, alternativamente, em PDF para o mesmo email, mantendo o original disponível caso seja solicitado o seu envio para efeitos de auditabilidade.

9. **A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos**, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.

Cláusula 11.ª

Alterações ao contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao Contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma à outra parte.
2. Qualquer alteração ao Contrato terá que ser efetuada por escrito e assinada por sujeito legal ou estatutariamente habilitados para representar a entidade adjudicante e o adjudicatário.

Cláusula 12.ª

Cessão da posição contratual

1. A cessão total ou parcial, da posição contratual do adjudicatário e a associação, sob qualquer forma, a outra entidade para execução do Contrato depende de autorização escrita do Município.
2. Para efeito do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser formulado com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data prevista para o acordo de cessão ou de associação.
3. O pedido de autorização previsto no número anterior deve ser instruído com a minuta de acordo de cessão ou de associação.

Cláusula 13.ª

Resolução

1. Sem prejuízo do legalmente previsto, o Município goza do direito de resolução do Contrato no caso de incumprimento das obrigações daí emergentes, designadamente:
 - a) Quando os serviços prestados não correspondam às especificações constantes deste caderno de encargos;
 - b) Quando o adjudicatário se dissolva, extinga por qualquer meio, ou seja, declarado insolvente.
2. O direito de resolução do adjudicatário rege-se pelo disposto em legislação especial.

Cláusula 14.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguros, dos

riscos inerentes à prestação de serviços.

2. O Município de Miranda do Douro pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias.

Cláusula 15.ª

Caução

Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução, contudo, poderá a Câmara Municipal, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar nos termos do nº 3 do mesmo artigo.

Cláusula 16.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do serviço, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Município de Miranda do Douro venha a ser desmandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer todas as quantias que de pagar seja a que título for.

Cláusula 17.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos serviços prestados ao Município de Miranda do Douro no âmbito da execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

Cláusula 18.ª

Casos fortuitos e de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 19.ª

Objeto de dever e sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Miranda do Douro, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 20.ª

Proteção dados pessoais

1. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados constante do diploma n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/04/2016.

2. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.

3. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

Cláusula 21.ª

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Miranda do Douro, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, até 20% do valor do contrato, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

Cláusula 22.ª

Foro competente

Para resolução dos litígios decorrentes da execução do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo da Comarca Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23.ª

Contagens de prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias de feriado, não se suspendendo nem interrompendo em férias.

Cláusula 24.ª

Despesas do Contrato

As despesas inerentes à redução a escrito do presente contrato, se for exigível, serão da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 25.ª

Legislação Aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.ª

Especificações técnicas

O objeto do contrato consiste na **Recriação histórica “Guerra do Mirandum”**. No âmbito deste projeto será necessário desenvolver atividades:

1. Recriar o envolvimento dos moradores de Miranda do Douro nos acontecimentos que então sucederam por via da Guerra do Mirandum
2. Evocar os feitos e as peripécias desta Guerra Fantástica através das narrativas
3. Dinamizar a animação itinerante com personagens de época que espelhem o quotidiano do século XVIII.

Caraterização da Atividade

Contexto Histórico

Corria o ano de 1762 e nos dias 7 e 8 de maio as tropas espanholas posicionavam-se em redor de Miranda do Douro. No dia 7 seria colocado em Ifanes o 1º Batalhão de Galiza, com o seu esquadrão, em Malhadas, o 2º Batalhão de Galiza e a sua cavalaria, sob as ordens de D. Marcos de Mendoza, bem como todos os engenheiros que tinham ficado nesse quartel. D. Joseph Crane prosseguiu a sua marcha juntamente com D. Alexandre O’ Reilly e D. Silvestre Abarca, chegando com tempo a Duas Igrejas para designarem e montarem o acampamento.

As forças invasoras verificaram, entretanto, que todos os outros lugares estavam desertos, por terem os seus habitantes fugidos para Miranda.

Pelas 10 horas da manhã do dia 8, O’ Reilly surgiu, vindo de Cércio, aproximando-se pelo Sul até estar visível pela guarnição da praça, tendo iniciado a construção de uma bateria. A guarnição portuguesa disparou imediatamente 14 tiros de canhão, não evitando que os espanhóis se aproximassem mais do Rio Fresno. Ao fim da tarde, o contingente espanhol receberia mais 3 tiros, tendo o último, mais próximo da torre, expelido grande quantidade de fumo.

Quando já se dirigiam para Duas Igrejas, O' Reilly notou, à distância, um grande estrondo no ar. Rebentara o armazém da pólvora existente no castelo, abrindo-se duas brechas nas muralhas de Miranda, uma para norte, onde cabiam 12 homens, e outra para o meio-dia, onde cabiam 9 homens. Faleceram entre 350 e 400 pessoas, tendo ficado soterradas, apenas na última brecha, mais de 100 pessoas, sofrendo imensas baixas uma companhia de granadeiros e outra de fuzileiros, que se encontravam de guarda.

Perante esta tragédia, a cidade foi forçada a render-se, dando início a um novo capítulo do conflito e uma resistência silenciosa, em que a população mirandesa mostrou toda a sua resiliência, com capacidade logística e estratégica para vigiar e desgastar o inimigo, escapando às suas depredações e pilhagens.

PROGRAMAÇÃO

Esta proposta de projeto considera a realização de um evento de 3 dias - 16, 17 e 18 de maio de 2025 - sob o tema da “Guerra do Mirandum”, abordando o contexto e as vivências do período em causa, subordinados aos seguintes subtemas e atividades:

● 16 de maio (Sexta-Feira) - O Prenúncios

Nesta matéria, serão desenvolvidas atividades e dinâmicas que ilustram os acontecimentos que precederam o conflito, nomeadamente, ao nível dos preparativos para a defesa da cidade, o diálogo entre as partes e o impacto destes no território mirandês; no que toca à programação, neste dia destacar-se-ão:

- cortejo com a comunidade (em particular a escolar);
- encontro de parlamentação entre os emissários castelhanos e o governador da cidade;
- espetáculo noturno com forte componente musical e teatral, exaltando o sentimento de esperança na resistência ao invasor.

● 17 de maio (Sábado) - A Invasão

Nesta matéria, serão desenvolvidas atividades e dinâmicas que ilustram os acontecimentos que culminaram na tomada da cidade por parte do invasor, as suas movimentações e a explosão do paiol; no que toca à programação, neste dia destacar-se-ão:

- anúncio da invasão castelhana e entrada em território mirandês;
- dinâmicas teatrais de arregimentação e preparação dos sistemas defensivos;
- espetáculo noturno de cariz comunitário sobre os acontecimentos de 8 de maio de 1762;

● 18 de maio (Domingo) - A Resistência

Nesta matéria, serão desenvolvidas atividades e dinâmicas que ilustram a rendição da cidade, a governação castelhana da cidade e a resistência do território ao invasor, culminando na sua retirada; no que toca à programação, neste dia destacar-se-ão:

- rendição da cidade ao invasor;
- espetáculo teatral c/Universidade Sénior;

- dinâmicas teatrais de exaltação da resistência mirandesa e anúncio da retirada e libertação da cidade.

Estes pontos charneiros da programação serão complementados com atividades de teatro e música, enquadradas sempre que possível no conteúdo específico de cada dia do programa de atividades. A construção e redação do programa será concretizado conjuntamente com a entidade promotora incluindo as atividades e grupos presentes nesta proposta bem como todos

Componente Programática

Animação Teatral (Itinerante)

No que toca a animação teatral de carácter itinerante (móvel), deverá incluir um conjunto de atividades adaptadas ao contexto e ao espaço, a fim de reportar o espaço do evento ao bulício da época a retratar:

DESIGNAÇÃO	DESCRITIVO	Nº
<i>PERSONAGENS D'ÉPOCA</i>	<i>Atores para personagens de carácter diverso, para interpretação de personagens históricas nas intervenções previstas e vivência nos espaços cénicos</i>	28 px
<i>TEATRO D'ÉPOCA</i>	<i>Grupo de Animação de Rua teatralizando Rábulas e Teatro de Época - com cenografia - (e participação nos conteúdos desenvolvidos com a comunidade)</i>	3 px
<i>Malabarismo e Acrobacia</i>	<i>Bobos da Corte e Espetáculo de Fogo c/Malabarismo e Ilusão Ótica</i>	4 px
<i>Homens de Armas</i>	<i>Grupo Internacional de Carácter Militar Barroco p/guarda de Honra, Patrulhas, Personagens e Figuração</i>	10 px
		Total 50 Px

Animação Histórica (Estática)

No que toca a animação histórica, de carácter estático (cenográfico), deverá haver um conjunto de espaços temáticos, com o objetivo de retratar as vivências e a envolvência do período em questão:

DESIGNAÇÃO	DESCRITIVO	Nº
<i>OFÍCIOS</i>	<i>Ofícios de Ferreiro, Ataqueiro/Correeiro, Tecelagem/Alfaiataria, Boticário; com trabalho ao vivo.</i>	4 px
<i>ESPAÇOS CÉNICOS</i>	<i>Tenda de Comando, Enfermaria de Campanha e Cozinha de Campo 2 Pavilhões Militares c/apetrechos d'época</i>	
<i>OUTROS</i>	<i>Elementos cenográficos para espetáculo de dia 17 (Taberna) e tela-cenário decorativa.</i>	n/A
		Total 4px

Projeto pedagógico

Falamos de um modelo de participação ativa, promovendo o empoderamento do território enquanto processo ou mecanismo pelo qual as pessoas, organizações e comunidades podem assumir como seu o espaço público e ter o seu espaço numa participação democrática nas atividades do seu território.

O desenvolvimento do Teatro Histórico na Comunidade deve, pois, ser entendido como uma atividade complementar e enriquecedora do evento/contexto em que se insere, completando a oferta profissional já existente, embora suplantando a mesma por abarcar

Deverá ser desenvolvido um grupo de formação para integração no evento, de forma individual ou através de coletividades/entidades, por forma a criar:

- Espetáculo de Grande Formato, abordando o contexto histórico, bem como momentos ou conteúdos particulares, que tenham relevo para o contexto/dinâmicas da atividade.
- Grupo, Grupos ou Subgrupos de animação itinerante, interpretando personagens de relevo para o contexto/dinâmicas da atividade;
- Figuração em contexto Temático, dinamizando espaços e cenários particulares, em atividade mais ou menos contínua, que tenham relevo para o contexto/dinâmicas da atividade.

Para o cumprimento destes objetivos, deverá contemplar 6 ações de trabalho, 5 sessões de formação/coordenação de 2 horas acrescidos de ensaios gerais, com duração não definida. Esta planificação carece de uma articulação com as entidades a envolver, através da delineação de objetivos comuns e canalização dos recursos envolvidos para as necessidades da atividade em causa. Dada a multiplicidade de resultados, o(s) grupo(s) a desenvolver preveem-se multidisciplinares e de carácter intergeracional, sem limitações à participação.

1. Planificação

- a. Reunião Prévia (Virtual ou Presencial) com vista à planificação do projeto, identificação dos interlocutores e dos elementos particulares do território, definição dos elementos técnicos/operacionais, objetivos, e conteúdos a desenvolver.

2. Formação de Grupo e Apresentação à Comunidade

- a. Apresentação do formal aos visados no projeto, que sendo do interesse da entidade promotora, contará com a participação da SAGA, expondo os eixos do projeto à comunidade, esclarecendo as suas dúvidas e estabelecendo uma calendarização definitiva com os participantes

3. Conceção

- a. Produção de Conteúdos, que serão posteriormente trabalhados com a comunidade em causa, por forma a estabelecer o seu formato final;
- b. Sessões de Formação e Ensaios com os participantes, explorando as suas competências e melhorando as suas ferramentas.

4. Apresentação Final

- a. Apresentação Teatral nos territórios em causa, podendo ser complementada com uma edição documental em vídeo, em contexto próprio grupo ou apoiados por artistas profissionais, integrados no evento/atividade no âmbito dos quais decorre o projeto.

Quadro I – Resumo dos Serviços a executar no âmbito da presente aquisição de serviços

Designação	Descritivo	Qtd.	Uni.	Duração	Uni.
Animação Teatral (Itinerante)	Personagens d'Época, Teatro d'Época, Malabarismo e Acrobacia e Homens de Armas	50	Px	3	Dias
Animação Histórica (Estática)	Ofícios de Ferreiro, Ataquipeiro/Correeiro, Tecelagem/Alfaiataria, Boticário. Tenda de Comando, Enfermaria de Campanha e Cozinha de Campo	4	Px	3	Dias
Projecto Pedagógico	5 sessões de trabalho + ensaios gerais x 2 coordenadores + despesas relacionadas	n/a	Uni.	1	Evento
Produção	Coordenação + Produção do Evento + Apoio à entidade Contratante + Deslocações + Despesas	n/a	Uni..	1	Evento

Observações:

Correm por conta do adjudicatário todos os custos relativos à alimentação, alojamento e águas para os dias do evento.

Miranda do Douro, 09 de abril de 2025

A Presidente da Câmara Municipal



(Helena Maria da Silva Ventura Barril, Dr^a)